

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 351.225 - RS (2013/0166234-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : CAIXA DE AUXÍLIO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO S/A CACIBAN  
**ADVOGADOS** : RAFAEL LAZZARI SOUZA E OUTRO(S) - RS058596  
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
GUILHERME GABECH DE MELO E OUTRO(S) - RS070462  
**AGRAVADO** : JOSE BALARDIM  
**ADVOGADA** : ANDRIZE LEITE CALDEIRA E OUTRO(S) - RS037695  
**INTERES.** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : GUNNAR ZIBETTI FAGUNDES - RS056348  
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277  
GUILHERME GABECH DE MELO E OUTRO(S) - RS070462

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por CAIXA DE AUXÍLIO DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO NACIONAL DO COMÉRCIO S/A - CACIBAN - contra decisão exarada pela il. Presidência do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ-RS), que inadmitiu o recurso especial.

Cuidam os autos, na origem, de ação cautelar de exibição de documentos manejada por JOSE BALARDIM contra CACIBAN.

O il. Magistrado julgou parcialmente procedente o pedido (sentença às fls. 104/109).

Diante disso, CACIBAN interpôs apelação e JOSE BALARDIM manejou recurso adesivo. O eg. TJ-RS, por sua vez, desproveu o recurso de CACIBAN e deu provimento ao recurso de JOSE BALARDIM, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. ):

*"APELAÇÃO CÍVEL E RECURSO ADESIVO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À AÇÃO DE REVISÃO DE COMPLEMENTAÇÃO PREVIDENCIÁRIA. PRESENTES I OS PRESSUPOSTOS PARA O CONHECIMENTO DA AÇÃO EXIBITÓRIA. OBRIGAÇÃO DE I EXIBIR DOCUMENTO QUE É COMUM ENTRE AS PARTES INTELIGÊNCIA DO ART 844, II DO CPC.*

*1. O autor tem interesse na exibição de documentos, áom o fim de conferir o cálculo efetuado entidade previdenciária quanto à (in)correção do valc r de seu benefício de complementação de*

*aposentadoria.*

*2. O vínculo jurídico entre o participante e a entidade de previdência privada complementar reflete relação de consumo, sendo, aplicáveis os princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor, / tornando inequívoco o interesse de agir à ação cautelar..*

*3. Preenchidos os pressupostos necessários à exibição cautelar.*

*4. Quanto à prejudicial de decadência, a li invocada pelos apelantes (8.213/91) dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social, o que não é o caso dos autos, pois se cuida de Previdência Pritirada.*

*5. Quanto à prescrição quinquenal do fun4 de direito, é matéria a ser discutida em eventual ação principal, se porventura ajuizada, porquanto a presente demanda trata de ação cautelar sobre a qual incide a regra geral relativa à prescrição.*

*6. Encontrando-se em poder dos réus as informações referentes ao cálculo do valor da complementação previdenciária, situação que confere aos documentos a conotação prevista no art. 844, inciso II, do CPC.*

*7. Tratando-se de documentos comuns, as demandadas têm o dever de exibi-los, /possuindo a entidade previdenciária e o Banco Santander (Brasil) SIA a obrigação legal de conservar em boa guarda todos os documentos concernentes à sua atividade.*

*Preliminares rejeitadas. Apelação dos réus desprovida. Recurso adesivo do autor provido."*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão às fls. 167/176).

Inconformada, CACIBAN interpôs recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, no qual alega, além da divergência jurisprudencial, violação dos arts. 126, 165, 269, 458, incisos II e III, 463, inciso II, 515, e 535, inciso II, do CPC/73; dos arts. 75 e 103 da LC n.º 109/2001; dos arts. 10, 17, 18, 19, 290, 381 e 382 do Código Comercial; do art. 100 da Lei n.º 6.404/76.

Como dito, o apelo nobre foi inadmitido às fls. 195/204.

Irresignada, CACIBAN manejou o presente agravo em recurso especial refutando os fundamentos da decisão que inadmitiu seu apelo nobre.

Foi apresentada contraminuta (fls. 220/221).

É o relatório. Decido.

Cumpr salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado

2 do Plenário do STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça".

Inicialmente, rejeita-se a alegada violação dos arts. 126, 165, 458, incisos II e III, 463, inciso II, 515, e 535, inciso II, do CPC/73, uma vez que o eg. Tribunal local analisou os pontos essenciais ao deslinde da controvérsia, inclusive das preliminares invocadas, dando-lhes robusta e devida fundamentação. Com efeito, é uníssona a jurisprudência desta eg. Corte no sentido de que o magistrado não está obrigado a responder a todos os argumentos apresentados pelos litigantes, desde que aprecie a lide em sua inteireza, com suficiente fundamentação. Nesse sentido, destacam-se:

*"AGRAVO INTERNO EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO MONITÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS-EMBARGANTES.*

*(...)*

*2. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, à míngua de qualquer omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973.*

*(...)*

*6. Agravo interno desprovido."*

(AgInt no AREsp 362.110/RJ, Rel. **Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe de 23/03/2017 – g.n.)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973 (CORRESPONDENTE AO ART. 1.022 DO CPC/2015). DECISÃO MANTIDA.*

*1. Inexiste afronta ao art. 535 do CPC/1973, correspondente ao art.1.022 do CPC/2015, quando a Corte local pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos, manifestando-se sobre todos os argumentos que, em tese, poderiam infirmar a conclusão adotada pelo Juízo.*

*2. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 988.556/MS, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe de 17/03/2017 – g.n.)

Outrossim, nas razões do apelo nobre que pretende trânsito, sustenta o

recorrente violação do art. 269, inciso IV, do CPC/73 e do art. 103 da LC n.º 109/2001, ao argumento de que haveria decadência do direito de pedir a revisão do ato de concessão de benefício. O recurso, contudo, não merece prosperar. Isso porque esse dispositivo não foi invocado na apelação (fls. 119/123), mas sim a Lei n.º 8.213/91. Diante disso, o eg. TJ-RS ressaltou que a mencionada lei não teria incidência no caso em apreço, pois se destina à regência dos Planos de Benefícios da Previdência Social (fl. 155).

Com efeito, além de o mencionado dispositivo carecer do necessário prequestionamento, verifica-se que o fundamento usado pelo eg. TJ-RS não foi combinado nas razões do apelo nobre, o que atrai a Súmula 283/STF.

Além disso, melhor sorte não socorre ao recurso quanto ao art. 75 da LC n.º 109/2001. Sob a referida violação, afirma-se que a pretensão de exibição dos documentos encontra-se prescrita. O eg. TJ-RS, por seu turno, ressaltou que essa questão será apreciada na ação principal, reservando-se a presente demanda à mera exibição de documentos. Para fins demonstrativos, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fl. 156):

*"Demais disso, relativamente à alegação de prescrição, sob o fundamento de que deve ser reconhecida a prescrição quinquenal do próprio direito do demandante aos documentos pleiteados e a eventuais diferenças na concessão da complementação de aposentadoria ocorrida há mais de 5 cinco anos do ajuizamento da presente ação, é matéria a ser discutida em eventual ação principal, porquanto a presente demanda se trata de ação cautelar sobre a qual incide a regra geral relativa à prescrição. A prescrição invocada não diz respeito à presente ação, constitui matéria a ser apreciada nos autos da ação principal, se porventura ajuizada."*

Diante disso, verifica-se a matéria da prescrição sequer foi apreciada pelo eg. TJ-RS, uma vez que deverá ser invocada na ação principal. Assim, novamente, há fundamento autônomo não impugnado pela parte recorrente, o que atrai a Súmula 283/STF. Nessa mesma linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

*"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES*

*REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.*

*(...)*

*2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - grifou-se)

*"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.*

*1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.*

*(...)*

*5. Agravo interno a que se nega provimento."*

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - grifou-se)

Por fim, à luz dos arts. 10, 17, 18, 19, 290, 381 e 382 do Código Comercial; e do art. 100 da Lei n.º 6.404/76, afirma a recorrente que não teria o dever legal de apresentar os documentos solicitados, pois são anteriores a 10 anos. O eg. TJ-RS, contudo, mediante análise soberana das provas existentes nos autos, concluiu pela procedência do pedido para exhibir os documentos requeridos, pois são comuns às partes, estão na posse da recorrente e esta resistiu ao pedido de apresentação dos documentos feito pelo recorrido. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 156/157):

*"De outro norte, no que tange ao mérito propriamente dito, a exibição de documentos é procedimento cautelar específico para todo aquele que pretenda promover ação contra outrem e necessite, para instruir o pedido, conhecer o teor de documento a*

*que não tenha acesso No caso em tela, encontram-se em poder dos réus as informações referentes ao cálculo do valor da complementação previdenciária, situação que confere aos documentos a conotação prevista no art. 844, inciso II, do CPC.*

*Acerca do tema, ensina HUMBERTO THEODORO JÚNIOR que "conforme o inciso II do art. 844, a exibição de documento subordina-se aos seguintes requisitos: a) o documento deve ser próprio ou comum; b) deve estar em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou de terceiro, que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios" (Curso de Direito Processual Civil. 41. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, v. II, p. 456).*

*Acrescente-se, ainda, que, em se tratando de documento comum às partes, ou seja, a relação discriminada do cálculo dos valores pagos a título de aposentadoria suplementar, inadmissível a recusa na exibição, nos termos do art. 358, III, do CPC, "in verbis":*

*"Art.358. O juiz não admitirá a recusa:*

*(...) 111 - se o documento, por seu conteúdo, for comum às partes." O entendimento jurisprudencial é pacífico no sentido de que, quando os documentos forem comuns, as demandadas têm o dever de exibi-los, possuindo a entidade previdenciária e o Banco Santander (Brasil) S/A a obrigação legal de conservar em boa guarda todos os documentos concernentes à sua atividade.*

*(...)*

*Em decorrência, cabível o manejo da cautelar de exibição de documento, impondo-se a manutenção da procedência do pedido cautelar.*

*Portanto, configurada a pretensão resistida, consubstanciada tanto no desatendimento de exibição dos documentos postulados, tanto na contestação, quanto durante o decorrer do processo, em virtude de que a pretensão exibirória não foi atingida, a parte ré deve trazer aos autos o cálculo, de forma discriminada, do valor pago, a título de complementação previdenciária, desde a data de aposentadoria do autor, qual seja 28-11-1996.*

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto ao cabimento da exibição de documentos, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Publique-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator